

SIMULADO ESPECIAL

DPE PB

Técnico Da Defensoria

Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

1. *Este simulado conta com questões focadas para o concurso **DPE-PB**;*
2. *A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;*
3. *As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;*
4. *A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;*

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

https://forms.gle/C1oUEnKdY6CR1FbB7

01 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	13 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	25 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	37 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	49 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
02 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	14 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	26 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	38 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	50 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
03 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	15 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	27 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	39 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	51 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
04 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	16 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	28 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	40 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	52 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
05 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	17 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	29 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	41 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	53 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
06 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	18 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	30 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	42 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	54 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
07 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	19 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	31 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	43 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	55 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
08 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	20 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	32 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	44 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	56 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
09 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	21 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	33 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	45 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	57 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
10 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	22 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	34 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	46 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	58 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
11 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	23 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	35 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	47 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	59 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
12 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	24 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	36 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	48 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	60 - ⒶⒷⒸⒹⒺ

RANKING CLASSIFICATÓRIO

Confira sua nota e posição no Ranking Classificatório e saiba o seu desempenho.

http://estrategi.ac/gsvonk

SISTEMA DE QUESTÕES

Acesse o link abaixo para fazer este simulado no Sistema de Questões.

https://bit.ly/4iwHYmq

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Patrícia Manzato

Texto de base para Questões 1 a 7

A Administração Pública começou a se organizar nos séculos XVIII e XIX, nessa época era ainda embrionária devido ao Estado Absolutista, que anteriormente detinha todo o poder centralizado e não permitia um desenvolvimento público. A administração não tinha ainda uma elaboração normativa baseadas nos princípios constitucionais próprios que tem hoje, apenas algumas obras e regras esparsas que dariam início aos atuais conceitos de direitos constitucionais e administrativos.

Foi quando o Estado de Direito começou a se estabelecer, juntamente com o Direito Constitucional, e os demais ramos de direito público que o Direito Administrativo começou a se formar, a partir da separação dos poderes do Estado e com o Princípio da Legalidade, para dar mais segurança aos direitos do povo em relações particulares e também nas relações públicas.

A partir da Revolução Francesa é que o Estado de Direito, com a separação dos três poderes, se consolidou e só nesse momento que se foi começar a delimitar normas que organizariam a Administração Pública, retirando a aplicação do direito privado das relações jurídicas em que o Estado participa. O direito administrativo amplia a sua atuação para atividades antes efetuadas pelo direito privado, estendendo-se a atividades com objetivo de promover o bem-estar social, como por exemplo, a educação, saúde, cultura.

O direito administrativo brasileiro teve contribuição do direito francês, do direito alemão e do direito italiano na sua formação como um ramo autônomo. A inclinação do direito dos três países foi distinta, do direito francês praticamente se originou o direito administrativo porque o estruturou quase completamente, o direito alemão influenciou a elaboração científica do direto administrativo como ciência administrativa e o direito italiano contribuiu para a elaboração sistemática da administração.

A Administração Pública Brasileira se desenvolveu como ciência Administrativa, e esse caminho de crescimento dividem-se temporalmente em três fases distintas, quais sejam: Estado Administrativo (1930-1945), Estado para o desenvolvimento (1946-1964) eEstado Intervencionista (1965-1979).

Adaptado de https://gepam.adm.br/administracao-publica-um-breve-historico/

1. Segundo o texto, a Administração Pública era "ainda embrionária" nos séculos XVIII e XIX porque:

a) o Estado Absolutista, que anteriormente detinha todo o poder centralizado, não permitia um desenvolvimento público.

b) a Administração Pública só começaria a se organizar a partir do século XX, com a Revolução Francesa.

c) não havia interesse do povo em participar das relações públicas do período.

d) as obras e regras esparsas do período já constituíam uma elaboração normativa completa baseada nos princípios constitucionais.

e) o Estado Absolutista incentivava a descentralização do poder e a participação popular na administração.

2. Está inteiramente correta a frase:

a) Fazem-se necessários estudos sobre as três fases da Administração Pública brasileira, dado a influência dos direitos francês, alemão e italiano em sua formação.

b) O estabelecimento do Estado de Direito e a separação dos poderes constitui marcos fundamentais para a formação do Direito Administrativo.

c) O direito administrativo brasileiro teve contribuição do direito francês, que o estruturou quase completamente, e do direito alemão, que influenciou a elaboração científica.

d) A Administração Pública começou a se organizar nos séculos XVIII e XIX, quando era ainda embrionária devido ao Estado Absolutista, que detinham todo o poder centralizado.

e) As atividades de educação, saúde e cultura, antes efetuadas pelo direito privado, passou a ser regidas pelo direito administrativo, que as estendeu ao bem-estar social.

3. No segmento "foi quando o Estado de Direito começou a se estabelecer, juntamente com o Direito Constitucional, e os demais ramos de direito público que o Direito Administrativo começou a se formar, a partir da separação dos poderes do Estado e com o Princípio da Legalidade", a formação do Direito Administrativo é vinculada a:

a) à manutenção do poder centralizado, que garantia unidade normativa à administração.

b) ao estabelecimento do Estado de Direito, à separação dos poderes do Estado e ao Princípio da Legalidade, com o objetivo de dar mais segurança aos direitos do povo.

c) à abolição do Direito Constitucional, que impedia o desenvolvimento do direito público.

d) à aplicação integral do direito privado às relações jurídicas em que o Estado participa.

e) ao retorno ao Absolutismo, cuja centralização era considerada mais segura para o povo.

4. No que se refere à estrutura do texto, é correto afirmar que:

a) o texto é uma narrativa biográfica que relata a vida dos juristas franceses, alemães e italianos que fundaram o direito administrativo.

b) o texto parte do contexto embrionário da Administração Pública sob o Absolutismo, apresenta o estabelecimento do Estado de Direito e a consolidação pós-Revolução Francesa, destaca as contribuições estrangeiras à formação do direito administrativo brasileiro e conclui com a periodização do desenvolvimento da ciência administrativa no Brasil.

c) o texto estrutura-se como uma crítica à Revolução Francesa, argumentando que ela atrasou o desenvolvimento da Administração Pública.

d) o texto defende que o direito administrativo brasileiro é cópia integral do direito francês, sem contribuições de outras tradições jurídicas.

e) o texto organiza-se como um diálogo entre autores clássicos da Administração Pública, expondo teses contrárias sobre a autonomia do direito administrativo.

5. Considere a seguinte frase do texto: "A Administração Pública começou a se organizar nos séculos XVIII e XIX, nessa época **era** ainda embrionária devido ao Estado Absolutista."

A respeito do emprego do verbo "era" no singular, é correto afirmar que:

a) está incorreto, pois o sujeito deveria ser "séculos XVIII e XIX", exigindo "eram".

b) está incorreto, pois o sujeito seria "Estado Absolutista", exigindo singular, mas o verbo deveria estar no plural pela enumeração "séculos XVIII e XIX".

c) está correto, pois o verbo "ser" é impessoal e fica sempre na 3ª pessoa do singular.

d) está correto, pois o sujeito de "era" é "A Administração Pública" (núcleo: "Administração", singular), retomado pelo pronome demonstrativo locativo "nessa época" como adjunto adverbial de tempo.

e) está correto, pois o verbo concorda com "época", que é o núcleo do sujeito posposto.

6. De acordo com o texto, considere as seguintes afirmações:

I. A partir da Revolução Francesa, o Estado de Direito, com a separação dos três poderes, se consolidou e começou a delimitar normas que organizariam a Administração Pública.

II. O direito administrativo brasileiro teve contribuição do direito francês, do direito alemão e do direito italiano na sua formação como ramo autônomo.

III. O direito francês influenciou apenas a elaboração científica do direito administrativo como ciência administrativa, sem estruturá-lo.

Está correto o que se afirma em:

a) I, apenas.

b) III, apenas.

c) I e II, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

7. Está inteiramente correta a frase:

a) A partir da Revolução Francesa, começou-se a retirar a aplicação do direito privado das relações jurídicas em que o Estado participa, estendendo-se o direito administrativo à atividades de promoção do bem-estar social.

b) O direito administrativo brasileiro deve à direito francês a sua estruturação quase completa, à direito alemão a elaboração científica e à direito italiano a elaboração sistemática.

c) A Administração Pública começou a se organizar nos séculos XVIII e XIX, período em que ainda era embrionária, a medida que o Estado de Direito se estabelecia com o Princípio da Legalidade.

d) O direito administrativo ampliou sua atuação, estendendo-se à escopos como educação, saúde e cultura, com o objetivo de promover o bem-estar social à população.

e) A formação do Direito Administrativo está vinculada à separação dos poderes do Estado e ao Princípio da Legalidade, que deram mais segurança aos direitos do povo.

LEGISLAÇÃO DA DEFENSORIA

Rodrigo Bet

8. Em capacitação para os novos analistas da DPE-PB, discutiu-se o regime constitucional da Defensoria Pública, cuja redação atual decorre, em grande parte, da Emenda Constitucional nº 80/2014.

De acordo com a Constituição Federal, são princípios institucionais da Defensoria Pública

a) a unicidade, a impessoalidade e a independência funcional.

b) a legalidade, a impessoalidade e a eficiência.

c) a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

d) a unidade, a autonomia financeira e a inamovibilidade.

e) a indivisibilidade, a vitaliciedade e a independência funcional.

9. Ao analisar o planejamento de expansão da DPE-PB, a auditoria interna examinou o art. 98 do ADCT, incluído pela EC nº 80/2014.

Segundo esse dispositivo,

a) o número de defensores públicos na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda pelo serviço e à respectiva população.

b) os entes deveriam contar com defensores em todas as unidades jurisdicionais no prazo de 10 anos.

c) durante o prazo de implantação, a lotação priorizaria as regiões de maior arrecadação tributária.

d) o número de defensores deve ser igual ao de magistrados em cada unidade jurisdicional.

e) a obrigação de lotar defensores em todas as unidades jurisdicionais alcança apenas a União.

10. Na elaboração da proposta orçamentária da DPE-PB, surgiu dúvida sobre o alcance da autonomia da instituição.

De acordo com a CF e a LC nº 80/1994, a Defensoria Pública do Estado

a) goza de autonomia financeira plena, sem sujeição aos limites da lei de diretrizes orçamentárias.

b) encaminha sua proposta orçamentária diretamente ao Poder Legislativo.

c) depende do Tribunal de Justiça para encaminhar sua proposta orçamentária.

d) não pode abrir concurso para os cargos dos serviços auxiliares, atribuição do Poder Executivo.

e) tem autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária, dentro dos limites da LDO.

11. Encerrado o mandato do Defensor Público-Geral da Paraíba, a instituição organizou a escolha do novo chefe.

Nos termos da LC nº 80/1994, o Defensor Público-Geral do Estado

a) é eleito diretamente pelos membros da carreira, sem participação do Governador.

b) é nomeado pelo Governador dentre membros estáveis da carreira maiores de 35 anos, escolhidos em lista tríplice, para mandato de 2 anos, permitida uma recondução.

c) tem mandato de 4 anos, vedada a recondução.

d) é escolhido livremente pelo Governador entre advogados de notável saber jurídico.

e) depende de aprovação da Assembleia Legislativa para ser nomeado.

12. Em nota técnica sobre a atuação dos membros da DPE-PB, a auditoria interna precisou examinar as funções institucionais e a capacidade postulatória dos defensores.

Segundo a LC nº 80/1994,

a) a capacidade postulatória do Defensor Público depende de inscrição na OAB.

b) a solução extrajudicial dos litígios é vedada à Defensoria, que só atua em juízo.

c) a assistência jurídica integral e gratuita custeada pelo Estado pode ser prestada por advogado dativo, em igualdade com a Defensoria.

d) a capacidade postulatória do Defensor Público decorre exclusivamente de sua nomeação e posse no cargo público.

e) a defesa de grupos vulneráveis limita-se à criança e ao adolescente.

13. Com a LC nº 205/2024, a estrutura da DPE-PB passou a contar com unidade própria de controle interno, à qual se vincula o trabalho do Auditor Interno.

Segundo essa lei, que alterou a LC nº 104/2012, a Controladoria-Geral da Defensoria Pública

a) é órgão da administração superior, ao lado do Conselho Superior.

b) integra a Corregedoria-Geral, como departamento de auditoria.

c) vincula-se ao Tribunal de Contas do Estado, e não ao Defensor Público-Geral.

d) é chefiada por Defensor Público eleito pelos membros da carreira.

e) compreende o Departamento de Auditoria e Controle Interno e o Departamento de Acompanhamento de Licitação, Contratos, Convênios e Compras.

14. Ao acompanhar processo disciplinar instaurado contra servidor do quadro da DPE-PB por infração punível com advertência, o Auditor Interno verificou os prazos aplicáveis.

Nos termos da LC nº 205/2024, a ação disciplinar, nesse caso, prescreve em

a) 2 anos.

b) 5 anos.

c) 180 dias.

d) 120 dias.

e) 1 ano.

CONHECIMENTOS JURÍDICOS E INSTITUCIONAIS

Tiago Zanolla

15. A independência funcional assegurada aos defensores públicos determina

a) a adoção irrestrita de testes jurídicas

b) que os Defensores Públicos ficam vinculados aos pronunciamentos de membro anterior.

c) que os Defensores podem substituir-se uns aos outros.

d) ao defensor adotar a estratégia de defesa que entender mais adequada em benefício do assistido, sem que isso importe em nulidade.

e) que a independência funcional se confunda com a autonomia funcional, protegendo a consciência profissional contra ingerências externas.

16. É objetivo da Defensoria Pública do Estado, exceto:

a) promoção da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais.

b) afirmação do Estado Democrático de Direito.

c) a orientação jurídica e o exercício da defesa de toda a população.

d) garantia da efetividade dos direitos humanos;

e) garantia da efetividade dos princípios constitucionais da ampla defesa, do contraditório, do acesso à ordem jurídica justa e do devido processo legal.

17. São princípios institucionais da Defensoria Pública:

a) ampla defesa, inamovibilidade e a unidade.

b) unidade, autonomia funcional e a indivisibilidade.

c) unidade, indivisibilidade e a independência funcional.

d) defesa dos hipossuficientes, a unidade e a ampla defesa.

e) irredutibilidade dos vencimentos, inamovibilidade e a independência administrativa.

18. De acordo com a organização da Defensoria Pública do Estado da Paraíba, assinale a alternativa correta.

a) O PROCON-DPE/PB integra os órgãos de atuação, juntamente com os Núcleos Regionais e Especializados.

b) A Ouvidoria-Geral e a Corregedoria-Geral integram os órgãos auxiliares da Defensoria Pública.

c) Os Defensores Públicos do Estado da Paraíba e o PROCON-DPE/PB integram os órgãos de execução.

d) A Coordenadoria Administrativa de Execução Penal e Acompanhamento aos Defensores Públicos (CAEP) integra os órgãos de administração superior, sendo seu Coordenador remunerado com indenização de Atividade Cumulativa de 30% de seu subsídio mensal.

e) A Escola Superior da Defensoria Pública e os Núcleos Especializados integram os órgãos auxiliares da instituição.

19. Durante uma reunião institucional, um Defensor Público afirmou que a atuação da Defensoria Pública deve observar princípios institucionais próprios, destinados a assegurar a continuidade, a organização e a independência de suas atividades.

Considerando os princípios institucionais da Defensoria Pública, assinale a alternativa correta.

a) A unidade, a indivisibilidade e a hierarquia funcional constituem os princípios institucionais da Defensoria Pública.

b) A independência funcional assegura aos Defensores Públicos autonomia no exercício de suas atribuições, afastando a necessidade de observância das normas legais.

c) A indivisibilidade impede a substituição de um Defensor Público por outro durante o andamento de um processo, garantindo a continuidade da atuação pessoal do membro originalmente designado.

d) A unidade significa que os membros da Defensoria Pública integram uma mesma instituição, enquanto a indivisibilidade permite a substituição de seus membros, sem prejuízo da continuidade da atuação institucional.

e) A independência funcional impede a existência de órgãos de administração superior e afasta qualquer forma de organização administrativa da Defensoria Pública.

20. De acordo com a organização a Defensoria Pública do Estado da Paraíba, assinale a alternativa que apresenta a correta classificação dos órgãos da instituição.

a) Conselho Superior, órgão de execução; Corregedoria-Geral, órgão auxiliar.

b) Núcleos Especializados, órgãos de atuação; PROCON-DPE/PB, órgão de execução.

c) Ouvidoria-Geral, órgão de administração superior; Defensores Públicos, órgãos de atuação.

d) Escola Superior, órgão de atuação; Núcleos Regionais, órgãos auxiliares.

e) Subdefensorias Públicas-Gerais, órgãos auxiliares; CAEP, órgão de administração superior.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA APLICADA ÀS DEFENSORIAS

Douglas Schneider

21. Uma Defensoria Pública organizou o atendimento em núcleos voltados, cada um, a um público: mulheres em situação de violência doméstica, crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas em situação de rua.

Cada núcleo atua nas matérias cível, criminal e de família do seu público.

Nesse caso, a Defensoria adotou a departamentalização

a) funcional.

b) por processo.

c) por cliente.

d) por produto ou serviço.

e) geográfica.

22. O governo estadual obteve apoio popular e parlamentar para ampliar um programa de acesso à justiça. Entretanto, faltam pessoal qualificado, recursos financeiros e processos gerenciais para executar o programa.

Segundo a distinção clássica entre governabilidade e governança apresentada por Paludo (2013), o principal obstáculo à execução situa-se na

a) governança, por insuficiência de capacidade técnica, financeira e gerencial.

b) governabilidade, por insuficiência de capacidade técnica, financeira e gerencial.

c) governança, por insuficiência de apoio político e legitimidade social.

d) governabilidade, por insuficiência de apoio político e legitimidade social.

e) governança, por insuficiência de articulação entre coalizões de apoio político.

23. Uma Defensoria Pública propôs, em seu planejamento estratégico, a seguinte declaração de visão: "Ser reconhecida como referência em acesso à justiça e alcançar, até 2030, atendimento presencial em 60% dos municípios do Estado".

De acordo com Sobral e Peci (2013), essa redação

a) está adequada, pois a visão deve fixar metas quantitativas que permitam controlar o desempenho da instituição.

b) confunde visão e missão, pois descreve a razão de ser da instituição e as necessidades básicas que ela atende.

c) está adequada, pois a visão equivale aos objetivos táticos que orientam os resultados de cada unidade da Defensoria.

d) confunde visão e valores, pois expressa os princípios que devem orientar a conduta dos membros e servidores.

e) confunde visão e objetivo estratégico, pois a visão aponta a posição futura desejada sem metas quantitativas.

24. Uma Defensoria Pública planejava viagens de barco durante as cheias e em águas baixas. Para tratar o risco de acidentes nas cheias, cancelou as viagens nesse período.

Para as viagens em águas baixas, contratou seguro das embarcações.

Segundo o referencial básico de gestão de riscos do Tribunal de Contas da União, essas medidas correspondem, respectivamente, a

a) reduzir o risco e aceitar o risco.

b) evitar o risco e compartilhar o risco.

c) aceitar o risco e reduzir o risco.

d) reduzir o risco e compartilhar o risco.

e) evitar o risco e aceitar o risco.

25. Considere as afirmações a seguir sobre convergências e diferenças entre a gestão pública e a gestão privada.

I. Organizações públicas e privadas recorrem às mesmas técnicas de planejamento, organização, direção e controle, bem como à avaliação de resultados.

II. Na gestão pública, assim como na privada, o serviço é custeado, em regra, por quem dele se utiliza e na medida desse uso.

III. A gestão pública volta-se ao bem-estar da coletividade e só pode agir quando a lei autoriza, ao passo que a privada pode fazer o que a lei não proíbe.

IV. Nas organizações públicas, a eficiência e a eficácia medem-se principalmente pela correta utilização dos recursos, e não pelo cumprimento da missão.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) I e II.

b) II e IV.

c) III e IV.

d) I e III.

e) I, III e IV.

26. De acordo com a Constituição Federal de 1988, a lei de diretrizes orçamentárias

a) estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração para as despesas de capital e para os programas de duração continuada.

b) compreende o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas estatais e o orçamento da seguridade social, com seus fundos e fundações.

c) é de iniciativa do Poder Legislativo, a quem cabe também definir a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

d) não pode conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, ressalvadas a autorização para créditos suplementares e a contratação de operações de crédito.

e) estabelece as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, e orienta a lei orçamentária anual.

27. Segundo a Lei nº 13.460/2017, cujo conceito de administração pública inclui a Defensoria Pública, os conselhos de usuários

a) são órgãos consultivos que, entre outras atribuições, acompanham a prestação dos serviços e avaliam a atuação do ouvidor.

b) são órgãos deliberativos cujas decisões sobre os padrões de atendimento vinculam a autoridade máxima do órgão ou entidade.

c) têm seus representantes escolhidos por indicação direta da autoridade máxima, observados os critérios de representatividade e pluralidade.

d) recebem as manifestações dos usuários e as respondem no prazo de trinta dias, prorrogável uma única vez por igual período.

e) remuneram a participação de seus integrantes, em reconhecimento ao caráter relevante do serviço que eles prestam.

NOÇÕES DE DIREITO DO CONSUMIDOR

Paulo Sousa

28. Mariana adquiriu uma televisão em uma loja de eletrodomésticos para uso doméstico. Dez dias após a compra, o aparelho passou a desligar espontaneamente, sendo entregue à assistência técnica autorizada. Decorridos trinta dias, o vício permaneceu sem solução. Não houve convenção para alteração do prazo de reparo. Ao procurar a loja e solicitar a devolução do valor pago, Mariana foi informada de que somente o fabricante poderia responder pelo problema e de que deveria aguardar mais quinze dias.

Nessa situação, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Mariana

a) deverá exigir a restituição exclusivamente do fabricante, pois a identificação deste afasta a responsabilidade da loja pelos vícios de qualidade do aparelho.

b) poderá exigir da loja o abatimento do preço, mas a restituição dependerá da demonstração de que o reparo do aparelho é tecnicamente impossível.

c) deverá conceder o prazo adicional solicitado, pois a assistência técnica pode prorrogar unilateralmente o período de reparo, desde que não ultrapasse cento e oitenta dias.

d) poderá exigir da loja a devolução do valor pago, com atualização monetária, sem prejuízo de eventuais perdas e danos, diante da responsabilidade solidária dos fornecedores.

e) poderá exigir a substituição do aparelho, cabendo ao fornecedor escolher entre a entrega de outro produto e a devolução do valor pago.

29. Quanto ao ônus da prova nas relações de consumo, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar

a) A inversão em favor do consumidor decorre automaticamente da existência da relação de consumo, dispensando a avaliação judicial dos requisitos legais.

b) A inversão em favor do consumidor pode ser determinada pelo juiz quando houver verossimilhança da alegação ou hipossuficiência, segundo as regras ordinárias de experiência.

c) A inversão em favor do consumidor exige a demonstração cumulativa da verossimilhança da alegação e da hipossuficiência, ainda que a produção da prova seja especialmente difícil.

d) A prova da veracidade da informação publicitária compete ao consumidor que a impugna, salvo quando o juiz reconhecer sua hipossuficiência e determinar a inversão.

e) A prova da correção da publicidade incumbe ao patrocinador somente após decisão judicial que reconheça a verossimilhança da alegação do consumidor.

30. Clara comprou uma cafeteira pela internet. No quinto dia após o recebimento, comunicou à loja que desejava desistir da compra, embora o produto estivesse em perfeito funcionamento. A loja condicionou o cancelamento ao pagamento das despesas de devolução, conforme cláusula expressa do contrato.

À luz do Código de Defesa do Consumidor e da jurisprudência do STJ, Clara

a) poderá desistir da compra e obter a restituição dos valores pagos, monetariamente atualizados, sem suportar as despesas de devolução do produto.

b) poderá desistir da compra, mas deverá pagar as despesas de devolução, pois a cláusula expressa permite transferir esse encargo à consumidora.

c) somente poderá desistir da compra se demonstrar vício no produto ou divergência entre suas características e aquelas informadas na publicidade.

d) poderá desistir da compra, cabendo à loja escolher entre restituir o preço e conceder crédito equivalente para aquisição de outro produto.

e) somente poderá obter a restituição se tiver comunicado a desistência em até sete dias da compra, pois o recebimento não interfere na contagem desse prazo.

31. Quanto aos elementos da relação de consumo e à equiparação a consumidor, o Código de Defesa do Consumidor estabelece que

a) A pessoa jurídica pode ser considerada consumidora quando destinatária final, desde que não possua finalidade lucrativa nem desenvolva atividade econômica.

b) Os entes despersonalizados estão excluídos do conceito de fornecedor, ainda que desenvolvam habitualmente atividades de produção ou comercialização de produtos.

c) O conceito de produto compreende os bens materiais, móveis ou imóveis, enquanto os bens imateriais recebem proteção exclusivamente pelas normas relativas aos serviços.

d) As atividades bancárias, financeiras e de crédito integram o conceito de serviço, mas as atividades securitárias são excluídas por estarem submetidas à legislação específica.

e) As vítimas de acidente de consumo equiparam-se a consumidores para fins de responsabilidade pelo fato do produto ou do serviço, mesmo sem participação direta na contratação.

32. Após reclamação de um consumidor, o Procon municipal instaurou processo administrativo contra uma empresa e, assegurada a ampla defesa, aplicou multa pela utilização de cláusula contratual abusiva. A empresa alegou que somente o Poder Judiciário poderia avaliar o conteúdo do contrato e que uma reclamação individual não autorizaria a sanção.

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor e a jurisprudência do STJ, a atuação do Procon é

a) inválida, pois a interpretação de cláusulas contratuais constitui atividade exclusiva do Poder Judiciário, cabendo ao órgão administrativo apenas promover a conciliação entre os envolvidos.

b) inválida, pois a aplicação de multa pressupõe lesão a interesses coletivos, sendo insuficiente a infração apurada a partir da reclamação de um único consumidor.

c) válida, pois o órgão pode interpretar cláusulas para apurar abusividade e aplicar multa administrativa, ainda que o procedimento tenha origem em reclamação individual.

d) válida, desde que a abusividade da cláusula seja previamente reconhecida em decisão judicial definitiva, requisito necessário para a exigibilidade da sanção administrativa aplicada.

e) inválida, pois a fiscalização contratual compete aos órgãos estaduais, restando aos órgãos municipais receber reclamações e encaminhá-las à autoridade competente para eventual aplicação de multa.

33. Sobre a defesa coletiva dos consumidores em juízo, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar

a) Os direitos difusos pertencem a pessoas determinadas, vinculadas entre si por uma relação jurídica básica, e admitem a divisão do objeto entre seus titulares.

b) Os direitos individuais homogêneos são decorrentes de origem comum e podem ser defendidos coletivamente, embora conservem sua natureza de direitos individuais.

c) Os direitos coletivos em sentido estrito são divisíveis e pertencem a pessoas indeterminadas, ligadas exclusivamente pelas circunstâncias de fato que originaram a lesão.

d) As associações constituídas há pelo menos um ano, com finalidade institucional de defesa do consumidor, dependem de autorização assemblear específica para propor a ação coletiva.

e) Os órgãos públicos destinados à defesa do consumidor somente possuem legitimidade coletiva quando dotados de personalidade jurídica própria.

34. Lucas possui inscrição legítima em cadastro de inadimplentes por dívida vencida e não paga. Enquanto esse registro permanecia ativo, uma empresa de telefonia promoveu nova inscrição, referente a contrato que ele nunca celebrou. Reconhecida a inexistência dessa segunda dívida, Lucas requereu o cancelamento da anotação irregular e indenização por danos morais decorrentes da inclusão.

Segundo a jurisprudência do STJ, Lucas

a) terá direito ao cancelamento e à indenização, pois qualquer inscrição indevida gera dano moral presumido, independentemente da existência de registro legítimo anterior.

b) não terá direito ao cancelamento nem à indenização, pois a inscrição legítima anterior afasta o interesse jurídico na impugnação de registros posteriores.

c) terá direito ao cancelamento, mas a indenização será devida em valor reduzido, considerando que a inscrição anterior já comprometia sua reputação creditícia.

d) terá direito ao cancelamento da anotação irregular, mas não à indenização por danos morais, em razão da inscrição legítima preexistente.

e) terá direito à indenização após quitar a dívida legítima anterior, ficando o cancelamento da anotação irregular condicionado à comprovação desse pagamento perante o cadastro.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

35. De acordo com a Constituição Federal, pode impetrar mandado de segurança coletivo:

a) partido político com representação na Assembleia Legislativa

b) qualquer pessoa prejudicada em seu direito líquido e certo

c) associação, desde que o direito violado afete a totalidade dos seus membros

d) entidade de classe, desde que de âmbito nacional

e) associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano

36. É privativo de brasileiro nato o cargo de:

a) Ministro do Superior Tribunal de Justiça

b) Procurador-Geral da República

c) Ministro do Tribunal Superior do Trabalho

d) Defensor Público-Geral Federal

e) Presidente da Câmara dos Deputados

37. Acerca das competências federativas, julgue os itens a seguir:

I – Compete privativamente à União legislar sobre direito penal, direito civil e direito do trabalho.

II – É competência concorrente da União, dos Estados, do DF e dos Municípios legislar sobre direito penitenciário.

III – No âmbito da legislação concorrente, a União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

IV – É competência comum de todos os entes federativos cuidar da saúde.

Estão corretos, apenas:

a) III e IV

b) I e II

c) I, III e IV

d) II e IV

e) I, II e III

38. Sobre as funções essenciais à Justiça, conforme a jurisprudência do STF, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A Defensoria Pública tem legitimidade para a propositura de ação civil pública que vise a promover a tutela judicial de direitos difusos ou coletivos de que sejam titulares, em tese, pessoas necessitadas

b) Os regimes remuneratórios da Magistratura e do Ministério Público são equiparados

c) É devido o pagamento de honorários sucumbenciais à Defensoria Pública, quando representa parte vencedora em demanda ajuizada contra qualquer ente público, inclusive aquele que integra

d) O valor recebido a título de honorários sucumbenciais pela Defensoria Pública deve ser destinado ao aparelhamento das Defensorias Públicas ou rateado entre os membros da instituição

e) a advocacia é indispensável à administração da Justiça

39. É vedada a edição de medida provisória sobre:

a) direito tributário

b) abertura de crédito extraordinário

c) direito do trabalho

d) direito processual civil

e) direito civil

40. São direitos sociais, conforme a previsão constitucional:

a) saúde, lazer e propriedade

b) educação, moradia e alimentação

c) transporte, cultura e liberdade

d) proteção à maternidade, nacionalidade e voto

e) saúde, educação e privacidade

41. É atribuição delegável do Presidente da República:

a) conceder indulto e comutar penas

b) extinguir cargos públicos por meio de lei

c) decretar estado de sítio

d) nomear e exonerar Ministros

e) conceder condecorações e distinções honoríficas

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

42. Fernanda apresentou requerimento a determinado órgão federal solicitando acesso a documentos relacionados à execução de política pública financiada com recursos orçamentários. Parte dos documentos continha informações administrativas ordinárias, contratos, despesas e dados que não apresentavam qualquer risco decorrente de sua divulgação.

Outro conjunto, entretanto, possuía informações cuja exposição poderia comprometer providências relacionadas à segurança do Estado. A autoridade responsável decidiu negar integralmente o acesso, sem diferenciar as informações, sob o argumento de que o princípio da publicidade seria apenas uma diretriz administrativa e de que a Administração poderia preservar em sigilo qualquer documento quando considerasse sua divulgação inconveniente.

Considerando o princípio da publicidade, o direito de acesso à informação, suas exceções e os efeitos da publicação dos atos administrativos, assinale a alternativa **correta**.

a) A decisão da autoridade é válida, pois o princípio da publicidade confere à Administração discricionariedade para escolher livremente quais documentos deverão ser divulgados, sendo suficiente invocar genericamente a conveniência administrativa para justificar o sigilo.

b) A publicidade possui natureza absoluta, razão pela qual nenhuma informação mantida pelo Poder Público poderá permanecer sigilosa, ainda que sua divulgação seja capaz de colocar em risco a segurança da sociedade, a defesa nacional ou a integridade do Estado.

c) A regra é a transparência e o acesso às informações públicas, permitindo-se aos administrados fiscalizar e controlar a legitimidade da atuação estatal; contudo, o próprio texto constitucional admite restrição quando o sigilo for imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado.

d) O sigilo somente poderá existir para proteger a intimidade de particulares, não sendo juridicamente possível restringir informações administrativas relacionadas à defesa nacional, soberania ou segurança coletiva.

e) A ausência de publicação constitui sempre vício de formação do ato administrativo, razão pela qual qualquer ato ainda não divulgado oficialmente deve ser considerado juridicamente inexistente e insuscetível de produzir qualquer efeito

43. Marcelo é diretor de determinado órgão público federal e possui competência legal para determinar, de ofício e no interesse da Administração, a remoção de servidores entre diferentes unidades quando a medida for necessária à adequada distribuição da força de trabalho.

Após grave desentendimento pessoal com Fernanda, servidora de sua equipe, Marcelo decidiu removê-la para repartição situada em localidade muito distante de sua residência. Formalmente, justificou o ato como providência destinada à organização do serviço. Entretanto, ficou demonstrado que não havia carência de pessoal na unidade de destino e que Marcelo havia declarado a outros servidores que pretendia "dar uma lição" em Fernanda e causar-lhe dificuldades pessoais em razão do conflito existente entre ambos.

Considerando o abuso de poder e suas especialidades, assinale a alternativa **correta**.

a) A situação caracteriza desvio de finalidade, pois Marcelo exerceu competência que efetivamente possuía, mas utilizou a remoção para alcançar objetivo diferente daquele juridicamente estabelecido, transformando medida de organização administrativa em instrumento de punição pessoal.

b) O ato permanece válido, pois Marcelo possui competência formal para promover remoções de ofício, sendo juridicamente irrelevantes os objetivos pessoais que tenham influenciado sua decisão administrativa.

c) A atuação de Marcelo caracteriza excesso de poder, pois a finalidade pessoal perseguida pelo agente demonstra que ele não possuía competência jurídica para praticar qualquer ato de remoção.

d) O desvio de finalidade somente se configura quando o agente atua além dos limites materiais ou quantitativos de sua competência, sendo indispensável comprovar que Marcelo não poderia juridicamente determinar nenhuma espécie de remoção.

e) A existência de finalidade pessoal torna o ato apenas inconveniente ou inoportuno, de modo que sua retirada deverá ocorrer por revogação, e não por anulação fundada em ilegalidade

44. A União pretende instituir entidade estatal destinada à exploração de atividade econômica relevante para o interesse coletivo. O projeto prevê a constituição de sociedade anônima, com personalidade jurídica de Direito Privado, formada por capital pertencente simultaneamente ao Poder Público e a investidores particulares.

Apesar da presença de acionistas privados, a União permanecerá titular da maioria das ações com direito a voto e, consequentemente, manterá o controle da entidade. A futura sociedade contratará empregados mediante concurso público, submetendo-os à legislação trabalhista.

Durante reunião técnica, Henrique afirmou que a participação privada impediria o enquadramento da entidade na Administração Indireta, enquanto Paula sustentou que essa característica é compatível com uma sociedade de economia mista.

Considerando a natureza jurídica, a composição do capital e a forma societária das sociedades de economia mista, assinale a alternativa **correta**.

a) A participação de investidores particulares impede a integração da entidade à Administração Indireta, pois somente pessoas jurídicas com capital exclusivamente público podem ser classificadas como empresas estatais.

b) A sociedade de economia mista possui personalidade jurídica de Direito Público e deve ser formada exclusivamente por recursos estatais, podendo o ente político escolher livremente qualquer forma societária prevista no ordenamento.

c) A presença de capital privado e o regime celetista afastam a obrigatoriedade de concurso público para admissão de empregados, pois essas entidades devem obedecer exclusivamente às mesmas normas aplicáveis às sociedades empresárias privadas.

d) A sociedade de economia mista é criada diretamente pela lei específica prevista constitucionalmente, adquirindo personalidade jurídica no momento da publicação da norma, independentemente de posterior constituição ou registro societário.

e) A sociedade de economia mista é pessoa jurídica de Direito Privado integrante da Administração Indireta, deve assumir necessariamente a forma de sociedade anônima e admite capital público e privado, desde que o controle societário permaneça com o Poder Público

45. Henrique, dirigente de determinado órgão público, precisava adotar providência administrativa destinada a alcançar finalidade específica prevista no ordenamento jurídico. Ao analisar as espécies de atos existentes, considerou que nenhuma delas correspondia exatamente à solução que desejava implementar.

Por essa razão, decidiu criar unilateralmente uma nova modalidade de ato administrativo, denominada por ele "autorização administrativa extraordinária permanente", estabelecendo efeitos, requisitos e consequências que não correspondiam a qualquer figura previamente definida em lei.

Ao ser questionado pela assessoria jurídica, Henrique afirmou que a Administração poderia criar atos administrativos inominados sempre que considerasse os modelos existentes inconvenientes ou insuficientes. Acrescentou que a tipicidade também impediria, de maneira absoluta, a celebração de contratos inominados pela Administração.

Considerando o atributo da tipicidade dos atos administrativos, assinale a alternativa **correta**.

a) A decisão de Henrique está em conformidade com a tipicidade, pois esse atributo confere à Administração liberdade para criar novas espécies de atos administrativos unilaterais sempre que os modelos previamente existentes não sejam considerados adequados à finalidade pretendida.

b) A tipicidade determina que todos os atos administrativos possuam exatamente o mesmo conteúdo, a mesma forma e a mesma finalidade, razão pela qual a existência de diferentes espécies de atos administrativos constitui exceção que depende de autorização expressa da autoridade competente.

c) A tipicidade decorre diretamente da imperatividade e permite que a Administração crie atos unilaterais não previstos juridicamente sempre que seja necessária a imposição de obrigações a terceiros para satisfação do interesse público.

d) A tipicidade exige correspondência entre o ato administrativo e figuras previamente definidas em lei como aptas a produzir determinados resultados, constituindo consequência do princípio da legalidade e impedindo, em relação aos atos unilaterais, a criação livre de atos administrativos inominados.

e) A tipicidade alcança indistintamente os atos administrativos unilaterais e os contratos celebrados pela Administração, razão pela qual nenhuma dessas manifestações poderá assumir forma inominada ou não previamente individualizada em lei

46. Paulo, após grave crise pessoal, decidiu deliberadamente lançar-se diante de caminhão pertencente ao Município Delta que realizava regularmente o serviço de limpeza urbana. O motorista municipal conduzia o veículo dentro da velocidade permitida e respeitava as demais normas de trânsito, não havendo tempo ou condições materiais para impedir o acidente.

Posteriormente, os familiares de Paulo ajuizaram ação indenizatória contra o Município, argumentando que seria suficiente demonstrar o envolvimento do veículo estatal no evento. A defesa municipal sustentou que o comportamento exclusivo da vítima rompeu o nexo causal. Durante o processo, discutiu-se a diferença entre a teoria do risco administrativo adotada como regra constitucional e a teoria do risco integral.

No que se refere à teoria do risco administrativo e à teoria do risco integral, assinale a alternativa **correta**.

a) O risco administrativo e o risco integral são expressões equivalentes e produzem os mesmos efeitos, pois, em ambas as teorias, a responsabilidade objetiva impede a utilização de culpa exclusiva da vítima, caso fortuito ou força maior para afastar a indenização.

b) Pela teoria do risco administrativo, a culpa exclusiva de Paulo pode romper o nexo causal e afastar a responsabilidade municipal; pela teoria do risco integral, ao contrário, não se admite exclusão ou redução da responsabilidade fundada na culpa da vítima, no caso fortuito ou na força maior.

c) A Constituição Federal adotou como regra geral a teoria do risco integral, motivo pelo qual a presença de veículo estatal no acidente é suficiente para impor indenização, ainda que fique comprovado que a vítima produziu sozinha o resultado.

d) A teoria do risco administrativo exige a comprovação de dolo ou culpa do motorista público para responsabilização do Estado, enquanto a teoria do risco integral apenas dispensa a demonstração do dolo, permanecendo necessária a prova de culpa.

e) A principal diferença entre as duas teorias está no tipo de prejuízo reparável: o risco administrativo somente admite danos materiais, ao passo que o risco integral também alcança danos de natureza moral

47. Patrícia exerce a função de Corregedora em determinado Tribunal de Justiça estadual. Durante atividade de fiscalização administrativa, identificou irregularidades em atos praticados por servidores pertencentes à própria estrutura do Poder Judiciário e instaurou procedimento destinado a verificar sua legalidade e promover eventual correção.

Um servidor afirmou que o controle exercido pela Corregedoria deveria ser considerado externo, pois a autoridade responsável pela fiscalização não era a mesma que havia praticado o ato. Outro sustentou que somente o Poder Executivo possui mecanismos de controle interno, uma vez que os Poderes Legislativo e Judiciário, por serem independentes, estariam submetidos exclusivamente à fiscalização externa.

À luz da classificação do controle quanto à extensão, assinale a alternativa **correta**.

a) O controle é externo, porque sempre que a fiscalização for realizada por autoridade distinta do agente que praticou o ato haverá controle externo, ainda que ambas as autoridades integrem a estrutura do mesmo Poder.

b) O controle é interno, pois está sendo exercido pelo próprio Poder Judiciário sobre atos administrativos praticados dentro de sua estrutura, sendo possível a existência de controle interno nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

c) O controle deve ser classificado como externo porque a Corregedoria, por desempenhar função fiscalizatória, não integra a estrutura administrativa do Poder Judiciário para fins de classificação do controle.

d) A independência do Poder Judiciário impede a existência de controle interno sobre atos administrativos praticados por seus órgãos e servidores, de modo que somente o Tribunal de Contas ou outro Poder poderia realizar a fiscalização.

e) O controle somente seria interno se a própria autoridade que praticou o ato realizasse pessoalmente sua revisão, não sendo suficiente que o órgão fiscalizador e o órgão fiscalizado pertençam à mesma estrutura de Poder

48. Com base na Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021, assinale a alternativa **correta**.

a) A concorrência é a modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, admitindo como critérios de julgamento o menor preço, a melhor técnica ou conteúdo artístico e a técnica e preço, excluída a possibilidade de adoção do critério de maior desconto.

b) O concurso é a modalidade de licitação para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de julgamento será o de técnica e preço, com concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor.

c) O leilão é a modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance.

d) O pregão é a modalidade de licitação facultativa para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço, o de maior desconto ou o de técnica e preço.

e) O credenciamento é a modalidade de licitação em que a Administração Pública seleciona, mediante critérios objetivos, um único interessado para prestar serviços ou fornecer bens, com exclusividade, durante a vigência do contrato

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Géssica Ehle

49. A crítica pós-colonial e a sociologia das ausências apontam que o discurso dos direitos humanos pode ser instrumentalizado geopoliticamente como retórica de legitimação de intervenções imperialistas. Como alternativa à polarização excludente entre o universalismo hegemônico ocidental e o relativismo cultural defensivo, Boaventura de Sousa Santos propõe a hermenêutica diatópica, que se fundamenta:

a) Na imposição transnacional dos valores liberais europeus a todos os povos periféricos.

b) No reconhecimento da incompletude mútua de cada cultura por meio do diálogo intercultural.

c) Na prevalência absoluta dos costumes tradicionais locais sobre quaisquer tratados internacionais.

d) Na autorização irrestrita de intervenções armadas unilaterais motivadas por razões humanitárias.

e) Na supremacia epistêmica dos direitos individuais civis em detrimento dos direitos coletivos.

50. No que concerne à incorporação dos tratados internacionais de direitos humanos ao direito brasileiro, à sua hierarquia perante a Constituição Federal e à doutrina do controle de convencionalidade, assinale a alternativa correta:

a) O controle de convencionalidade difuso é de atribuição privativa e exclusiva do Supremo Tribunal Federal.

b) Os tratados aprovados pelo rito ordinário revogam formalmente o texto das emendas constitucionais.

c) A supralegalidade confere aos tratados de direitos humanos posição acima das leis e subordinada à Constituição.

d) O controle de convencionalidade exercido pelo juiz interno dispensa o parâmetro da jurisprudência da Corte IDH.

e) Os tratados de direitos humanos anteriores à EC nº 45/2004 assumiram automaticamente status constitucional.

51. A evolução dogmática do princípio da igualdade material consagrou a distinção entre as modalidades de discriminação e a legitimidade das medidas de reparação compensatória. A respeito da discriminação direta, indireta e das ações afirmativas, assinale a alternativa correta:

a) A discriminação indireta ocorre quando uma medida formalmente neutra gera impacto adverso desproporcional sobre determinado grupo.

b) As ações afirmativas constituem privilégios vitalícios que violam a isonomia material consagrada na ordem constitucional.

c) A comprovação da discriminação indireta exige a demonstração inequívoca de dolo de prejudicar por parte do agente formulador da norma.

d) A discriminação direta decorre unicamente de omissões involuntárias em processos burocráticos do setor privado.

e) As medidas de ação afirmativa aplicam-se restritivamente ao acesso de candidatos a cargos eletivos no Poder Legislativo.

52. A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CIDPD) e seu Protocolo Facultativo, aprovados pelo rito do art. 5º, § 3º, da CF/88 (Decreto nº 6.949/2009), trouxeram inovações substanciais à ordem jurídica brasileira. Sobre esse marco normativo, assinale a alternativa correta:

a) O Protocolo Facultativo estabelece mecanismo de envio de comunicações individuais perante o comitê internacional especializado.

b) A CDPD adotou o modelo puramente médico, definindo a deficiência exclusivamente por impedimentos biológicos corporais.

c) O instrumento internacional foi incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro com hierarquia de lei ordinária federal.

d) A Convenção estabelece a presunção legal de incapacidade civil absoluta para todos os adultos com deficiência intelectual.

e) O Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência possui poder sancionador de execução forçada das suas decisões.

53. O Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais ("Protocolo de San Salvador") consagra a tutela progressiva dos direitos dessa natureza. No que se refere ao mecanismo de peticionamento individual contencioso perante o Sistema Interamericano (Comissão e Corte IDH), assinale a alternativa correta:

a) Admite o acionamento judicial direto para qualquer direito econômico, social e cultural previsto no texto do tratado.

b) Veda peremptoriamente a apresentação de petições individuais perante os órgãos de fiscalização do sistema.

c) Restringe o cabimento de petições individuais às violações dos direitos à educação e às liberdades sindicais.

d) Prevê que as cláusulas de direitos sociais têm aplicabilidade imediata e absoluta, vedando reservas de cumprimento progressivo.

e) Exige autorização formal e prévia do Poder Executivo nacional para que o cidadão protocole petição individual perante a CIDH.

54. As 100 Regras de Brasília sobre Acesso à Justiça das Pessoas em Condição de Vulnerabilidade e as resoluções da Organização dos Estados Americanos (OEA) estabelecem diretrizes cruciais para a democratização da tutela jurisdicional. A respeito dessas normativas e do papel institucional da Defensoria Pública, assinale a alternativa correta:

a) As 100 Regras de Brasília determinam a restrição do atendimento judiciário prioritário a pessoas que comprovem miséria extrema absoluta.

b) As resoluções da OEA recomendam aos Estados a garantia de independência e autonomia funcional e orçamentária às Defensorias Públicas.

c) O conceito de vulnerabilidade adotado nas Regras de Brasília exclui a condição de migração ou pertença a minorias étnicas.

d) A mediação e os meios alternativos de resolução de conflitos são integralmente vedados para pessoas em situação de vulnerabilidade.

e) A assistência jurídica gratuita aos hipossuficientes perante os sistemas de justiça deve ficar a cargo exclusivo de advogados dativos voluntários.

NOÇÕES DE DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, DO IDOSO, DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER E DA PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA

Lilian Novakoski

55. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), acerca da medida socioeducativa de internação, assinale a alternativa correta.

a) A internação deve ser aplicada por prazo determinado de, no máximo, dois anos, sem possibilidade de reavaliação.

b) A internação não comporta prazo determinado, mas deve ser reavaliada, no máximo, a cada seis meses, e não pode exceder três anos.

c) A internação pode ser aplicada pelo prazo de cinco anos quando se tratar de ato infracional equiparado a crime hediondo.

d) A liberação compulsória do adolescente ocorre somente quando ele completar dezoito anos.

e) A internação é aplicável apenas em caso de reincidência, sendo vedada a aplicação em ato infracional cometido com grave ameaça.

56. A Lei nº 12.594/2012 institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Quanto aos princípios que regem a execução das medidas socioeducativas, assinale a alternativa correta.

a) A execução deve priorizar a privação de liberdade, sendo a medida em meio aberto medida subsidiária.

b) A execução deve priorizar práticas ético-pedagógicas restaurativas e soluções autocompositivas, além de observar o princípio da excepcionalidade.

c) A execução da internação pode ocorrer em estabelecimento prisional comum, desde que separado dos presos adultos.

d) O princípio da individualização é incompatível com a aplicação de medidas em meio aberto.

e) A remição da medida socioeducativa não é admitida no âmbito do SINASE.

57. O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, instituído pela Lei 14.344/2022, determina que intervirá nas situações de violência contra a criança e o adolescente com a finalidade de, entre outras:

I - prevenir os atos de violência contra a criança e o adolescente;

II - fazer cessar a violência quando esta ocorrer;

III - prevenir a reiteração da violência já ocorrida;

IV - promover o atendimento da criança e do adolescente para maximizar as sequelas da violência sofrida.

Estão corretas as assertivas:

a) I e II

b) II e III

c) I, II e III

d)II, III e IV

e)I, III e IV

58. Considerando a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), assinale a alternativa correta.

a) A pessoa com deficiência intelectual é considerada absolutamente incapaz para os atos da vida civil.

b) A curatela é a regra para todas as pessoas com deficiência, por ser a forma mais protetiva de tutela.

c) A deficiência afeta a plena capacidade civil da pessoa, sendo necessária sua interdição total para a prática de atos patrimoniais.

d) A pessoa com deficiência só pode exercer direitos civis mediante a assistência de um curador nomeado judicialmente.

e) A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, e a curatela, quando necessária, é medida extraordinária e proporcional.

59. Assinale a alternativa **INCORRETA** acerca da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

a) A violência patrimonial e a violência moral estão entre as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher.

b) A concessão de medidas protetivas de urgência depende de prévia instauração de inquérito policial ou de ação penal.

c) É vedada a aplicação de penas de cesta básica ou de outras de prestação pecuniária como resposta à violência doméstica.

d) Entre as medidas protetivas de urgência, pode o juiz determinar o afastamento do lar do agressor.

e) O descumprimento de medida protetiva de urgência constitui crime, com pena de detenção.

60. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), assinale a alternativa correta quanto ao acolhimento institucional e ao acolhimento familiar.

a) O acolhimento institucional e o familiar são medidas de caráter definitivo, somente aplicáveis após a destituição do poder familiar.

b) O acolhimento é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.

c) O acolhimento institucional pode ser determinado pela autoridade policial, sem necessidade de comunicação à autoridade judiciária.

d) O prazo de permanência em acolhimento não pode ser reavaliado, devendo a criança permanecer até completar dezoito anos.

e) O acolhimento é restrito às crianças de até seis anos de idade, sendo vedado para adolescentes.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado. Sua opinião é muito importante para nós!

https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

http://estrategi.ac/assinaturas

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

http://estrategi.ac/ok1zt0